

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

João Geraldo Nunes RUBELO¹

Resumo: Este artigo discutiu, em breves linhas, as transformações ocorridas no campo brasileiro como processo de modernização da agricultura e o surgimento da pluriatividade na agricultura familiar. Uma das formas pluriativas da agricultura familiar encontra-se, em especial, no turismo rural como forma de agregar valor à produção e de reprodução social e política. Ressaltou-se também a importância do planejamento integrado, para a viabilização do projeto referente ao turismo rural e as atividades não-agrícolas.

Palavras-chave: Processo de modernização; Agricultura familiar; Pluriatividade; Circuito das Frutas.

Introdução

Pretende-se, neste artigo, entender o paradoxo entre o processo de modernização da agricultura, através dos chamados complexos agroindustriais, vivenciados pela economia brasileira a partir da década de 1970, e o crescimento da pluriatividade na

¹Geógrafo, mestre pela Unesp – Presidente Prudente-SP, Professor e Chefe de Departamento de Turismo na Fundação Educacional Araçatuba – Araçatuba – SP e Prof. do curso de turismo e Fisioterapia da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – Santa Fé do Sul – SP.

agricultura familiar, no início da década de 1990, como resposta à crise do modelo produtivista dos sistemas agrários, vinculados ao modelo de produção fordista. O que se constata é que os agricultores, integrados, mais envolvidos e dependentes do mercado são justamente os mais fragilizados pelas crises de oferta e demanda, em tempos de globalização da economia (SILVA, 1999).

Para tal propósito, urge a necessidade da compreensão da organização da economia brasileira, no espaço rural, a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial. Esta análise refuta a teoria pelo qual a modernização da agricultura imposta pelo sistema capitalista, defendida pelos ideólogos do capitalismo quanto do socialismo², colocaria um fim a esta forma social de agricultura: a familiar, nas sociedades modernas, fruto do atraso em que historicamente abriria entre esta forma e a modernização.

Tomamos como referência, especificamente a segunda metade da década de 1950, quando foi implantado um novo padrão de acumulação, que se materializou pelo espaço geográfico brasileiro. Para a compreensão do que foi o referido padrão, cujas bases foram assentadas no conhecido Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, pretende-se tomar como aspecto relevante, o processo de construção do espaço geográfico pelas sociedades (elites) vigentes nos períodos analisados, pois a acumulação e o destino do capital empregado pelo governo passa, necessariamente, por algum aspecto, no bojo de seus interesses. Para Santos (1994), entender os fixos e os fluxos, são importantes para a compreensão da organização do espaço geográfico.

²Dentre estes teóricos encontram-se Kautsky, 1980; Lenin, 1980, 1982 e Marx, 1980.

A Reestruturação do Espaço Agrário Brasileiro

Na década de 1950, inicia-se um rico debate teórico-metodológico sobre qual deveria ser o modelo de desenvolvimento econômico que o Brasil deveria adotar para conseguir inserir-se na economia mundial, sem, no entanto, alterar a estrutura conversadora que o caracteriza. Para Mantega (1990), neste momento emergiu a necessidade de inventariar quais eram as forças internas e/ou externas que impeliam esta inserção. Este é o ponto de referência primordial, para a abordagem das relações entre a economia, a política e o Estado, que irão materializar-se no espaço geográfico.

Nesse sentido, Oliveira (1977), argumenta que o exame dessas relações consiste no fato de ser possível centrá-lo na passagem da economia agrária para a economia industrial no Brasil, isto é, o comando da expansão do sistema capitalista que tem agora, na industrialização, o motor básico do aprofundamento de sua divisão social do trabalho.

Diante deste contexto, o Estado assume um novo papel, o de agente interventor na economia para a implementação da industrialização do país, e torná-la o motor e o centro dinâmico da economia, portanto, de sua expansão, e acabar como os setores mais tradicionais da mesma, que emperravam o desenvolvimento das forças produtivas alicerçadas na política urbano-industrial. Nesse sentido, o Estado é tido como pivô do desenvolvimento, acima dos interesses específicos das classes, porém, há de se relevar à influência da classe que perdia espaço político e econômico, resultado da emergente elite industrial, sendo o principal agente da política econômica brasileira.

(MANTEGA, 1990).

Uma vez decodificados os diferentes atores conservadores da política agrária brasileira e identificados os novos atores da política urbano-industrial, torna-se necessário criar condições para atrair o capital internacional ao país, que só se interessa em investir nas economias periféricas se forem reservados a eles os setores mais lucrativos e dinâmicos ao mesmo tempo em que controla e orienta o crescimento nacional. Quanto ao capital nacional, restava-lhe somente investir nos ramos ou setores que o capital estrangeiro considera indesejáveis.

Nessas circunstâncias, Becker (1986) salienta que a expansão geográfica do capital internacional pelo espaço brasileiro foi viabilizada pelo Estado que, socializando perda através de subsídios e investimentos diretamente nos setores onde os investimentos são maiores e os retornos mais lentos, deu continuidade ao processo de modernização.

Nesse contexto, é evidente que a expansão geográfica da economia brasileira, não se fez de forma homogênea pelo espaço geográfico, obedecendo a uma regularidade e temporalidade. Em algumas regiões, o crescimento e o desenvolvimento econômico ocorreram alicerçados na viabilização de políticas públicas alicerçadas na expansão da industrialização, em que uma indústria ao se instalar, torna-se a força motriz e o reflexo se propaga, expandindo-se e beneficiando as regiões que a cercam, que são para elas polarizadas. (ANDRADE, 1970).

Em face deste quadro, Hespanhol (1996) afirma que neste momento, ocorreu o aprofundamento das desigualdades regionais, sobressaindo àquela região mais bem dotada de infra-

estrutura, que passou a comandar toda a dinâmica da economia e da produção do espaço geográfico a nível nacional, havendo, simultaneamente, a ampliação das desigualdades regionais pré-existentes.

O processo de industrialização, segundo Furtado (1964), vem sempre acompanhado de rápida urbanização, que só pode efetivar-se se o setor agrícola responder com uma oferta adequada de alimentos. Se a totalidade das boas terras agrícolas está concentrada em um sistema ancilosado de monocultura, a maior procura de alimentos terá de ser atendida com importações.

Para Negri (1988) a política urbano-industrial, fez surgir uma mudança na forma de conceber a agricultura brasileira. Urge a necessidade de muito mais produção de matérias-primas para atender a indústria, um lento processo de desmantelamento da agricultura de alimentos. Embora este processo não tenha sido homogêneo pelo espaço, houve locais em que a produção de alimentos continuou em expansão, visando atender aos grandes centros urbanos, que se formavam. O campo brasileiro passou a interagir com a indústria, através do processo de modernização do campo. Segundo Sorj (1980,) a agricultura passou a ser organizada, articulada a partir de acoplamento imediato ao circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matérias-primas para sua transformação.

As transformações impostas pela política urbano-industrial acentuaram, no campo, a mercantilização da área rural; a sua especialização; o fortalecimento das forças que promoveram uma modernização conservadora, pois altera as relações de produção na agricultura, mas conserva a estrutura

fundiária, como também promove a marginalização da agricultura familiar, que se encontrava descapitalizada e pautada na pequena produção para atender o mercado local ou regional, salvo exceção àqueles agricultores familiares que em algumas regiões do país, como a Região Sul, aderiram a este processo em curso, tornando-se pequenos produtores capitalizados, (SORJ, 1980). O autor ressalta, surge neste momento o Complexo Agroindustrial, sendo definido como:

[...] conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial.

Delgado (1985), ao analisar o reflexo imediato deste processo, afirma que, diante deste novo cenário, esta atividade passa a ser comandada pela tecnologia materializada nos insumos, implementos agrícolas, na mudança genética das sementes mediante a introdução de variedades de plantas, enfim, a indústria, através do capital, submete a agricultura a sua regras e dinâmicas. Tanto a montante como a jusante do setor industrial as transformações na base técnica se fizeram sentir.

Schneider (2003, p. 145) afirma que:

[...] os governos militares empreenderam uma inédita transformação de [...] algumas regiões agrárias brasileiras (em especial no centro-sul), retirando-as de seu atraso tecnológico e inserindo-as em circuitos propriamente capitalistas – o que permitiu não apenas a constituição de novas estruturas de produção,

mas também o desenvolvimento de uma nova racionalidade agrícola.

Caberia aos outros atores sociais (categorias de agricultores) do campo brasileiro, e não pertencentes às forças conservadoras: ligas camponesas, agricultura familiar a sua integração ao processo de modernização da agricultura, buscando traçar novas estratégias de reprodução social integrando os agricultores à nova dinâmica econômica ou a sua exclusão e marginalização deste processo. Pois nesta fase do desenvolvimento agrário brasileiro, aqueles territórios eleitos pelo capital, através da ação do Estado, com suas políticas públicas, não haveria espaço para a estagnação, que colocasse qualquer impedimento a esta modernização na base produtiva. Logo materializava novos desafios e impasses de confronto entre modernização e estagnação.

A seguir, analisaremos as tendências de estratégias que estão sendo viabilizadas por parte de um destes atores: a agricultura familiar, através da pluriatividade. Essa alternativa surge a partir da década de 1990, frente à inserção da economia brasileira no processo de abertura para a economia mundial, através da globalização. Este processo de inserção ao modelo capitalista global, acentuou em algumas atividades agrícolas em detrimento de outras, fruto dos acordos estabelecidos em diferentes escalas ex: âmbito do Mercosul, sem, no entanto, engrossar os fluxos do movimento que no passado se denominou de êxodo rural, e continuar a viver no espaço rural, desenvolvendo atividades complementares e agregando valor econômico a outras. Há de se deixar claro que este movimento tem diminuído em intensidade e volume após o esgotamento da oferta de emprego no meio urbano, resultado da tecnificação da base produtiva

industrial e principalmente com a retirada do Estado da economia, em que houve uma redução dos mecanismos financeiros que lhe deram origem.

A Pluriatividade e Agricultura Familiar

A partir da década de 1990, em pleno período de expansão da globalização da economia, e da política Neoliberal, em que ocorreu um aniquilamento da atuação do Estado da economia, em especial no setor agrícola, o desenvolvimento agrário no Brasil ganha outros contornos, do ponto de vista social e produtivo, surge então o “novo rural brasileiro”, em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas no meio rural brasileiro (SILVA, 1999). Essa emergência das atividades não-agrícolas para Schneider (2003) está vinculada à realidade social, política e econômica do espaço e território brasileiro. Mas os grandes reflexos sociais, dessa mudança do “novo rural brasileiro”, estão atrelados à modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante do número das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação do mercado de trabalho rural.

O processo de modificação das relações de trabalho e dos processos produtivos intensificou a partir de meados da década de 1970. Os seus reflexos imediatos foram uma redução cada vez menor da mão-de-obra no PEA (População Economicamente Ativa) e um aumento intensivo no processo de modernização tecnológica da agricultura, mediante a crescente incorporação dos insumos modernos.

Diante do processo descrito acima, cabe entender como a agricultura familiar, enquanto um dos agentes sociais do campo brasileiro tem conseguido, ao longo do processo de

modernização da agricultura, transformar-se e continuar reproduzindo-se socialmente. Deve se ter claro que, no Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente. Muitos estudos e trabalhos empíricos vêm sendo desenvolvidos mas ainda carece de muitas exposições teórico-metodológica na contribuição desta vertente do pensamento social. Na prática, estes, datam do início da década de 1990, com o estudo do projeto Rurbano. Para tanto, baseamo-nos nos quadros de referencial teórico de que dispomos.

Dessa forma, emerge a necessidade de definir alguns conceitos fundamentais para a compreensão do que vem a ser o “novo rural brasileiro” (SILVA, 1999). Dentre estes conceitos estão: agricultura familiar pluriatividade.

Graziano da Silva (1999, p.14-15) aborda este novo paradigma apresentando três características fundamentais do que vem a ser a pluriatividade ou atividades não-agrícolas:

- a) uma crescente distribuição espacial, em alguns lugares do campo brasileiro, de algumas atividades relacionadas à indústria, mais precisamente das agroindústrias, no meio rural;
- b) o lento e gradual processo de urbanização no campo, relacionado às atividades de moradia, turismo, lazer e outros serviços. Também cresce uma retomada da conscientização da preservação ambiental;
- c) uma valorização de determinadas propriedades rurais que ganham uma nova atividade na (re)organização econômica: os sítios de recreio³.

³ Graziano da Silva (1999, p. 15) define como sendo sítios de recreio: [...] *áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a dois hectares, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do país.*

O conceito de pluriatividade pode ser definido como:

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. [...] (SCHNEIDER, 2003, p.91)

Analisando a citação anterior, emerge uma nova realidade no espaço rural, lembrando que este processo não é simultâneo e homogêneo por todo o território brasileiro. Mas fica evidente que a renda da família que habita a área rural, não está mais relacionada a atividade agrícola única e exclusivamente, e em certos casos também não é a mais importante. Ao contrário, esta complementa a renda da família, através de atividades não-agrícolas que podem ser desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento rural empregando-se em um outro estabelecimento rural ou na cidade exercendo atividades na indústria, comércio ou em empresas estatais. Pode-se também complementar esta renda no interior do próprio estabelecimento, com atividades ligadas à costura, ao artesanato, à inserção de roteiros turísticos, pelas plantações, ou desenvolvendo a atividade do pesque-pague. Enfim a atividade agrícola não mais a única no estabelecimento. Portanto, uma parcela significativa das rendas que compõem o orçamento doméstico advém de atividades não diretamente ligadas à agricultura e ao trabalho na terra.

Schneider (2003) tem realizado vários estudos, relativos a esse enfoque teórico-metodológico, nos Estados do Rio Grande

do Sul e Santa Catarina. Para o autor, a articulação entre a agricultura familiar e a possibilidade de inserção de parte dos membros no mercado de trabalho regional ou local, propiciou a perspectiva de reprodução social e econômica para as famílias rurais dessas regiões. Contrariando algumas teses que evidenciam que, a agricultura familiar no modo capitalista de produção estava fadada ao desaparecimento, quando esta não se inserisse na lógica de produção capitalista, já que a propriedade da terra, a força de trabalho familiar e os meios e técnicas de produção que estão concentrados nas mãos de uma só pessoa, devem ser deslocados para as mãos dos capitalistas. Para o capitalista, essa transição era uma questão de tempo. Por conseguinte, a transformação da agricultura familiar em proletariado rural ocorreria pela conversão da força de trabalho em mercadoria e, nas mãos dos capitalistas, a terra e os meios de produção em capital.

O autor prossegue afirmando que, o que se verifica nessas áreas é, o processo inverso, pois as famílias têm permanecido no campo, reproduzindo-se demograficamente. Com a constituição através do casamento de parte dos membros da família, surgem às famílias jovens, que se fixam nos estabelecimentos rurais em novas residências paralelas as já existentes. Também ressalta outros impactos ocasionados por esta decisão, tais como: a expansão do comércio e das atividades de prestação de serviços. Diante desta constatação, surgem as divisões internas do trabalho, em todo a família participa, analisando as condições reais de força do trabalho no núcleo familiar, para a sua posterior liberação em busca da complementação de renda, com finalidades específicas, de acordo com as particularidades de cada núcleo familiar. Geralmente a liberação, ocorre pautada no princípio de reter no estabelecimento geralmente os pais, as crianças ou, simplesmente,

os mais velhos, enquanto os demais integrantes da família dedicam-se aos trabalhos fora da propriedade. Mesmo trabalhando externamente à propriedade, a grande maioria desses trabalhadores permanece residindo no meio rural e mantendo a propriedade parcialmente produtiva, com o intuito de garantir, primordialmente, a produção alimentar para a subsistência.

Considerações finais

A cada década que passa, novas formas de inserção de tecnologia são inseridas no processo de modernização da agricultura brasileira, e cada vez mais se eleva a produtividade e restringe-se a área de plantio, reduzindo o número de produtores que têm conseguido acompanhar este padrão tecnológico. Marginalizado deste processo encontra-se a agricultura familiar, que tem buscado, na pluriatividade, uma forma de reprodução social, econômica e política. Embora sendo recente, no Brasil, os estudos acadêmicos referentes à pluriatividade da agricultura familiar, pode-se afirmar que vem ganhado destaque esta nova forma de analisar o “novo rural brasileiro”, já que tem sido uma corrente teórica que tem conseguido dar respostas à problemática do campo, relacionadas ao crescimento das atividades não-agrícolas e a reprodução social deste grupo de agricultores em que a unidade de trabalho familiar é uma constante.

RUBELO, João Geraldo Nunes. The process of modernization of the brazilian agriculture pluriactivity of the family agriculture. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v.6, n.6, p.108 - 122 , mar. 2004.

Abstract: This article discussed, in short lines, the transformations occurred in the Brazilian countryside as a modernization process of agriculture and the arising of the pluriactivity in the family agriculture. One of the forms of pluriactivity of the family agriculture lies especially on rural tourism as a way of aggregating value to the production and of political and social reproduction. It was also emphasized the relevance of the integrated planning to enable the project related to the rural tourism and the non-agricultural activities.

Keywords: Modernization process; family agriculture; pluriactivity; fruit circuit.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina.** São Paulo: Brasiliense. 1970.

BECKER, Berta K. **A crise do Estado e da região:** a estratégia da descentralização em questão. *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro. V. 48, n. 1, p. 43-62, jan./mar. 1986.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965 –1985.** Campinas: Icone; Unicamp, 1985.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 1964.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da**

Região de Andradina – SP. 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

KAUSTKY, Karl. **A Questão agrária.** 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América:** novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Victor Civita, 1982.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** Petrópolis. Vozes. 1990.

NEGRI, B. et al. O Processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920 – 1980). In: CANO, Wilson (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920 – 1980.** São Paulo: SEADE, 1988. p. 03 – 105.

_____. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas: Ed Unicamp, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** 2.ed. Rio de Janeiro. Ed Grall, 1977.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** São Paulo: Vozes. 1982

_____. **Espaço e método.** 3.ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo. Hucitec. 1994.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVA, Osvaldo Heller da. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p. 161-167, jun. 1999.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VEIGA, José da. A tímida política agrária. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 24, n. 141, p. 26-31, Ago. 1998.